



Curso: ADMINISTRAÇÃO				
Turno: Noturno				
INFORMAÇÕES BÁSICAS				
Currículo 2019	Unidade curricular Administração Pública – Quarto Período Emergencial		Departamento DECAC	
Período 8º NOT	Carga Horária			Código CONTAC AP
	Teórica 72 horas	Prática	Total 72 horas	
	Professora responsável Vânia Aparecida Rezende		Pré-requisito DA	Co requisito Não tem
EMENTA				
Conceitos de administração no setor público. Finanças públicas: conceitos e evolução. Relações entre Estado e sociedade. Modelos de gestão pública e aplicações de tecnologia de informação para a governança pública no contexto contemporâneo. Elaboração e orçamentação de ações governamentais ao longo do ciclo orçamentário. Instrumentos de planejamento e de gestão de políticas públicas. Política fiscal.				
OBJETIVOS				
Espera-se que ao final da disciplina o discente compreenda a existência das relações entre sociedade, mercado e Estado, conceitue a administração pública, conheça suas especificidades jurídico-legais e o processo administrativo necessário para o atendimento das demandas sócio-político-culturais.				
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO				
1. História da administração pública. 2. O Estado, governo e sociedade. 3. Evolução da administração pública brasileira 4. Modelos de Administração Pública- Patrimonialismo/Burocracia /Gerencialismo. 4. Paradigmas, correntes e teorias no campo da administração pública 5. Os Impostos e Administração Pública; 6. Orçamento e Finanças Públicas; 7. Relações de trabalho no setor público; 8. Administração de recursos materiais e logística no setor público; 9. Relações entre Estado e o setor privado; 10. Instituições políticas no Brasil; 11. Políticas Públicas 12. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. 13. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. 14. Novas perspectivas no campo da administração pública no Brasil e no mundo.				
METODOLOGIA E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO				
Esta unidade curricular será desenvolvida por meio do uso de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's conforme Regulamentação sobre o ensino remoto emergencial para os cursos de graduação da UFSJ durante o período de pandemia da doença COVID-19.				
METODOLOGIA				
<ul style="list-style-type: none">• Aulas expositivas síncronas semanais nos horários estipulados pela coordenação do curso, o código da sala virtual será disponibilizado no Portal Didático por meio de link. Para as Atividades Síncronas, preferencialmente, serão utilizados a plataforma do <i>Google Meet</i> e o Portal Didático, sendo comunicado aos discentes anteriormente em qual plataforma ocorrerá. Tais plataformas poderão ser alteradas via comunicação prévia aos discentes no Portal Didático. Aulas e atividades assíncronas.• O material a ser utilizado para o desenvolvimento dessa disciplina estará				



disponibilizado via portal didático, sendo atividade essencial do discente a leitura prévia.

- As atividades assíncronas acontecerão pelos mesmos meios de comunicação supracitados.
- A depender de confirmação, poderá ocorrer como atividade síncrona a participação de convidados onde será proposto uma palestra seguida de debate.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Avaliação Individual (Valor 30%).
- Seminários em grupo, seguir as regras para apresentação (Valor 20%).
- Trabalhos originados de atividades síncronas e assíncronas, participação e frequência. (Valor 20%).
- Avaliação Final Individual. (Valor 30%).

AValiação Substitutiva

- A avaliação substitutiva será aplicada para os alunos que não alcançaram a média para aprovação na disciplina (60%) e será composta por todo o conteúdo do semestre. Ademais, esta avaliação irá substituir **somente** a avaliação individual de menor nota.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE

- Os critérios de avaliação, bem como as regras dos seminários, serão apresentados na primeira aula expositiva síncrona. Serão também esclarecidas as regras sobre os diversos tipos de plágios, uma vez que, ao ser constatado em qualquer atividade implicará na anulação da nota do discente.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ABRUCIO, F. L. (2007). Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. *Revista de Administração Pública*, 41 (Edição Especial), 67-86.
- BRASIL. Lei Complementar Nº 101 de 04 de maio de 2000. Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 de maio de 2000.
- BRASIL. Lei Complementar Nº 4320 de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 23 de março de 1964.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. A Construção Política do Estado. *Lua Nova*, s/v, n. 81, p.117-146, 2010.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2007). Burocracia Pública e Classes Dirigentes no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 28, 9-30.
- COSTA, F. L. Brasil: 200 anos de Estado, 200 anos de Administração Pública, 200 anos de reformas. *Revista de Administração Pública*, 42 (5), 829-874. 2008.
- COSTIN, C. *Administração Pública*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- Constituições brasileiras: — Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005. 16 p.: il. — (Série cadernos do Museu; n. 4).
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. In: _____. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 279-301.
- OFFE, C.; LENHARDT, G. Teoria do Estado e Política Social. In.: OFFE, C. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, pp. 10-55.
- REZENDE, V. A. *Administração pública gerencial, societal ou patrimonial burocrática? o caso do Conselho de Segurança Pública de Lavras-MG.* / Vânia Aparecida Rezende – Lavras: UFLA, 2007
- PAES DE PAULA, A. P. *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 240 p.
- PAES DE PAULA, Ana Paula. *Administração Pública Brasileira Entre o Gerencialismo e a Gestão Social*. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, v.45, nº.1, 2005, p. 36-49.



REIS, B.P. W. O Mercado e a Norma: o Estado moderno e a intervenção pública na economia. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n. 52, p.55-79, fev. 2005;
TORRES, M. D. de F. Estado, democracia e administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. 224 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. esp. 2007.
ABRUCIO, F. L. **Desafios Contemporâneos para a Reforma da Administração Pública Brasileira** In: PETERS, G.; PIERRE, J. (Org.) Administração Pública: coletânea. São Paulo: UNESP, 2010, p. 537-548.

AVRITZER, L. Teoria Democrática e deliberação pública. **Lua Nova**, São Paulo, nº 49, 2000, p. 25-46.
AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 1, 2008, p. 43-64.
BONAVIDES, Paulo. Teoria da Democracia Participativa: Por um Direito Constitucional de luta e resistência. Por uma Nova Hermenêutica. Por uma repolitização da legitimidade. 2ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
BRESSER-PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, v.23, n. 66, p.7-23, 2009.
CAPELLA, Ana Claudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de Formulação de Políticas Públicas. *Bib São Paulo*, n. 61, p. 25-52, 1º semestre 2006. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/images/bib61.pdf>.
DENHARDT, Robert B. **Teoria Geral da Administração Pública**. 5.ed. Tradução de Francisco Heidemann. Florianópolis: ESAG/UEDESC, 2008.
MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de. Estado e desigualdade de renda no Brasil: fluxos de rendimentos e estratificação social. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 28, n. 83, out. 2013.
MILIBAND, R. **O Estado na Sociedade Capitalista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, caps. 2-4, pp.36-146.
QUEIROZ, Roberta Graziella Mendes; CKAGNAZAROFF, Ivan Beck. Inovação no setor público: uma análise do choque de gestão (2003-10) sob a ótica dos servidores e dos preceitos teóricos relacionados à inovação no setor público. **Rev. Adm. Pública** [on-line], Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 679-705, 2010.
RUA, M. G. **Políticas públicas**– 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014.
SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul.-dez. 2003.
SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul/dez 2006.
TESTA, Maurício Gregianin et al. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 6, dez. 2013.

Profa. Dra. Vânia A. Rezende
Data: 04/12/2020

Assinatura do Coordenador do Curso
Data:



Universidade Federal
de São João del-Rei

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI – UFSJ
INSTITUÍDA PELA LEI Nº 10.425, DE 19/04/2002.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO – PROEN

COORDENADORIA DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - COADM

--